

SINDILEX



Fique por
entro

15 de março de 2023 | n° 39

8 de março Dia Internacional da Mulher



VEJA NESTA EDIÇÃO:

- Pauta de reivindicações DATA-BASE 2023
- Câmara inicia o teletrabalho em regime permanente
- Agenda: Plantão Jurídico Sindilex

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES – DATA BASE 2023

Após a Assembleia Geral Ordinária (27/02/23), que aprovou os itens da Pauta da Data Base, o Sindilex se prepara para apresentar proposta à direção das duas Casas (CMSP e TCMSP).

Leia, a seguir, os principais pontos da Pauta aprovada:

1. REAJUSTE SALARIAL



1.1. CMSP E TCMSP Atualização inflacionária salarial para servidores ativos, inativos e pensionistas, referente ao período de março de 2022 a fevereiro de 2023, pelo IPCA/IBGE que atinge um índice de 5,60%.

2. VALE REFEIÇÃO



2.1. CMSP Atualização do vale-refeição para o valor facial de R\$ 70,00, com base no IPC-FIPE alimentação acumulado em 12 meses e nos preços praticados no entorno da CMSP.

2.2. TCMSP Equiparação do valor do vale-refeição com o valor concedido aos servidores da CMSP no valor de R\$ 70,00.

3. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO



3.1. CMSP E TCMSP Atualização do auxílio-alimentação para o valor de R\$ 1.123,05, de acordo com IPC-FIPE alimentação acumulado em 12 meses (11,69%).

3.2. CMSP E TCMSP Estender o auxílio-alimentação aos servidores aposentados e pensionistas.

4. AUXÍLIO SAÚDE



4.1. CMSP E TCMSP Atualização do valor do auxílio-saúde com base na média aritmética dos reajustes anuais praticados nos planos coletivos por adesão, pelas 5 (cinco) operadoras de planos de saúde e/ou odontológicos privados com o maior número de beneficiários no Brasil, devidamente registradas na Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Nota: O Sindilex encaminhou pedido do índice à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) através da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Veja a pauta completa em:

https://www.sindilex.org.br/wp-content/uploads/2023/02/Pauta-Data-Base-2023_Minuta_CMSP_TCMSP_Revisada_14mar23.pdf

OUTRAS DEMANDAS



O Sindilex protocolou pedido às administrações da Câmara Municipal e Tribunal de Contas, os seguintes pedidos:

- Reajuste de aposentados sem paridade:

Aplicação do Decreto Nº 62.141, de 2 de janeiro de 2023 aos servidores da/do CMSP/TCMSP, através da atualização de 5,93% aos servidores aposentados não alcançados pelo direito à paridade.

- Fundamentos jurídicos:

- Decreto Nº 62.141, de 2 de janeiro de 2023
- Portaria Interministerial MPS/MF nº 26, de 10 de janeiro de 2023

- Recebimento de décimo terceiro:

Aplicação da Lei Nº 10.779/89. artigo 2º, § 6º, com a redação dada pela Lei nº 17.841/2022, artigos 91 e 92, possibilitando o recebimento de antecipação de 50% do décimo terceiro, até o mês subsequente à sua opção.

SINDICALISMO PELO BRASIL



Pública participa da Mesa de Negociação Nacional



A Pública Central do Servidor participou, juntamente com a ATENS Sindicato Nacional, e demais Centrais e Entidades Sindicais que representam os Servidores Públicos Federais do Executivo, da 3ª Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, ocorrida no dia 10/03, com o Secretário Sérgio Mendonça.

Após muita pressão, o Governo propõe 9% de reajuste a servidores federais.

Leia a matéria em:

<https://publica.org.br/2023/03/10/governo-apos-muita-pressao-propoe-9-de-reajuste-a-servidores-federais/>

Reforma Tributária: diretor da Pública apresenta propostas



O Diretor de Previdência Social da Pública, Gilberto Pereira, acompanhado de dirigentes da ANFIP, esteve em audiência com o deputado federal Mauro Benevides (PDT-CE), levando as propostas da entidade para pautas de interesses dos servidores federais e para debate na discussão da Reforma Tributária, de cujo Grupo de Trabalho o parlamentar faz parte.

Dentre as propostas foi apresentado um estudo que trata da dedução no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) das despesas com medicamentos, equipamentos e outros desembolsos indispensáveis para a qualidade de vida da pessoa com deficiência e/ou idoso a partir dos 65 anos.

Leia a mais em:

<https://publica.org.br/2023/03/08/diretor-da-publica-apresenta-proposta-a-membro-do-gt-da-reforma-tributaria/>



LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Câmara inicia o teletrabalho em regime permanente

Em Ato da Mesa (1574/23) publicado no DOC de 09/03, a Câmara Municipal de SP determinou o início do teletrabalho em regime permanente. Para tanto, esse Ato revoga os dispositivos do Ato 1504/21 e art. 19 do Ato 1495/20, conforme a seguir:

Art. 1º Ficam revogados: I - o artigo 4º e parágrafos e o artigo 6º do Ato nº 1.504, de 2 de março de 2021; II - o artigo 19 do Ato nº 1.495, de 26 de novembro de 2020. Art. 2º.

O Ato 1574 entrou em vigor na segunda-feira (13/03) e as direções estão optando pelo regime de 3 dias de trabalho presencial por 2 dias de teletrabalho, contida no inciso III do art.10 do Ato 1495/20.

O Sindilex tem atuado junto à CMSP visando ao aperfeiçoamento do Ato 1495/20. Para isso, enviou o ofício 052/2022 apresentando sugestões. Veja o conteúdo do ofício no link abaixo:

https://www.sindilex.org.br/wp-content/uploads/2023/03/052_2022-Oficio-Presid_Sugestoes-Ato-Teletrabalho_CMSP.pdf

A seguir os Atos 1495/20 do Teletrabalho; o Ato 1504/21 e o mais recente 1574/23.

<https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/atoscmsp/AC149520.pdf>

<https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/atoscmsp/AC150421.pdf>

<https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/atoscmsp/AC157423.pdf>

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



Escola de Contas do TCM discute desigualdade de gênero



A Escola de Gestão e Contas promoveu, no dia 09 de março, a conferência “Um diálogo sobre desigualdade de gênero e políticas públicas para mulheres na cidade de São Paulo: desafios atuais e perspectivas futuras”.

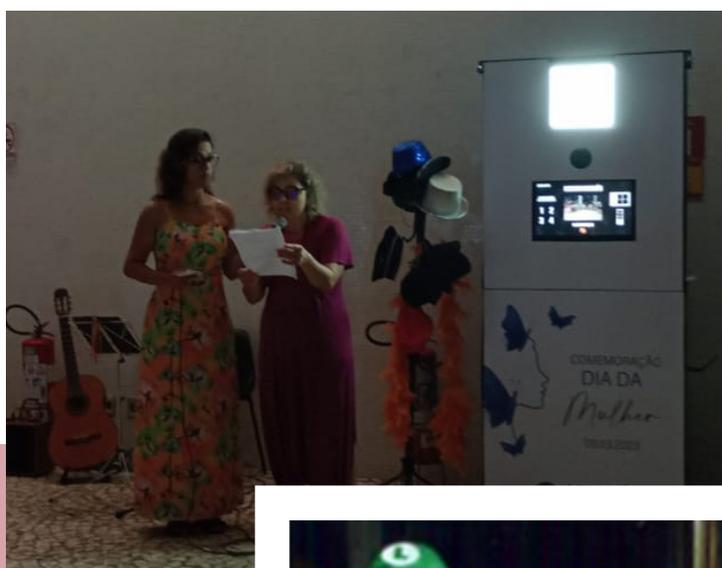
O evento foi organizado pelo Grupo de Trabalho (GT) Gênero do Observatório de Políticas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) no auditório da Escola de Gestão e Contas (EGC) do TCMSP.

Fonte: <https://portal.tcm.sp.gov.br/Pagina/58175>

Assista a íntegra do evento em: https://youtu.be/_mf0eAi7hgQ

Sarau Dia Internacional da Mulher

No dia 09 de março, o saguão da Escola de Gestão e Contas contou com a realização do Sarau em Comemoração ao Dia Internacional da Mulher. O evento foi organizado pela Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (Astcom/SP) e contou com a participação do Sindilex representado por seu presidente Daniel Santos e por seu vice-presidente Miguel Lima.





Ações Judiciais

Ação do FGTS: Ainda dá tempo de entrar



O Sindilex está promovendo ação judicial para revisão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através do escritório Adjafre & Pinheiro.

O público-alvo são todos os trabalhadores que tiveram depósitos no Fundo a partir de 1999, independentemente do vínculo empregatício atual;

Mesmo para os aposentados e para aqueles que já sacaram o FGTS, é cabível a ação, basta ter tido depósito no FGTS nesse período de 1999 em diante;

O custo para ingressar com a ação é de R\$ 100,00 (cem reais) para sindicalizados e R\$ 200,00 (duzentos reais) para não sindicalizados;

Os honorários advocatícios serão calculados em 20% (vinte por cento) do montante recebido quando do êxito na ação;

Nas ações cujo valor pleiteado não superar 60 (sessenta) salários mínimos, não haverá cobrança de sucumbência em caso de derrota;

Nas ações cujo valor pleiteado superar 60 (sessenta) salários mínimos, o escritório irá tratar pessoalmente com o interessado, no sentido de informar

se vale a pena reivindicar o valor total ou se, diante do risco da sucumbência, é mais vantajoso para o interessado requerer o ressarcimento limitado a esse teto.

Para comprovar o saldo do FGTS e verificar cada caso individualmente, o escritório necessita do extrato da conta do Fundo, que pode ser acessado pelo aplicativo do FGTS, disponível em:

<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.caixa.fgts.trabalhador>

Após a entrega do extrato do FGTS, o interessado deverá solicitar ao Sindilex o contrato e a procuração, que, após de preenchidos e assinados pelo interessado, deverão ser entregues ao Sindilex pelo e-mail sindilex@sindilex.org.br juntamente com a cópia da Carteira de Trabalho, RG e o comprovante do depósito bancário do valor de R\$ 100,00 (filiações) ou R\$ 200,00 (não filiações) na conta bancária do escritório Adjafre & Pinheiro.



AÇÕES JUDICIAIS

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria. Veja a seguir o resumo e acompanhe o trâmite atualizado em:

<https://www.sindilex.org.br/juridico/>

ARTIGO



Duas prioridades sindicais para o desenvolvimento

Por: Clemente Ganz Lúcio

É necessário projeto que combine a sustentação da produção e melhorias no sistema de relações de trabalho.

Com o novo governo, está em construção no Brasil um conjunto de estratégias para o desenvolvimento nacional. Trata-se de conceber o crescimento econômico de forma a produzir resultados socioambientais que promovam boa qualidade de vida para todos. Objetivo simples e claro, que mobiliza inúmeros desafios e requer estratégias complexas. As centrais sindicais e suas entidades de base, sindicatos, federações e confederações, lançaram em abril de 2022, a Pauta da Classe Trabalhadora (íntegra – 3,1MB), documento que reúne 63 diretrizes para o desenvolvimento brasileiro. Agora, trata-se de apresentá-las.

A 1ª prioridade é promover iniciativas que recolorem o país em uma trajetória de crescimento econômico virtuoso. Implica um plano que combine a sustentação da atividade produtiva por meio do investimento, da inovação, do incremento da produtividade e da agregação de valor com estratégias de criação de empregos, crescimento dos salários e superação da pobreza e das desigualdades.

Tal prioridade exige a construção de entendimento político, fruto do diálogo social, sobre o que deve ser feito e sobre as mudanças a serem promovidas. O desafio inicial é recolocar capacidade para o governo mobilizar e articular o setor produtivo (capital e trabalho) em torno de um projeto de desenvolvimento econômico e social, resultando em respostas rápidas aos problemas que as empresas enfrentam. Outro obstáculo a ser superado é romper com as armadilhas dos juros e spreads altíssimos e das regras que travam os investimentos.

É necessário fortalecer medidas ousadas de curto prazo com componham um plano de desenvolvimento que articule e coordene um projeto de desenvolvimento econômico e socioambiental para o país, enunciando objetivos, estratégias e ações que orientarão as iniciativas nesses próximos 4 anos.

Um plano direcionado para a produção e orientado pela indústria verde, pelo investimento em infraestrutura econômica e social, pela difusão de tecnologia e inovação, mobilizador dos vetores setoriais de expansão, que torne nossa economia competitiva –leia-se com capacidade real de exportação. Esse plano requer um ambiente macroeconômico amigável ao crescimento sustentado no longo prazo.

Como parte desse projeto, a 2ª prioridade indicada a partir dos trabalhadores é de sintonizar o sistema de relações de trabalho. Assim, o mundo do trabalho se organizaria para essa nova dinâmica de produção, visando também à criação de empregos de qualidade e ao crescimento dos salários. Além de estruturar a demanda interna, o sistema de relações de trabalho tem por objetivo tratar de todas as questões relacionadas aos trabalhadores,

em termos de condições de trabalho, saúde e segurança, salários, benefícios e proteções. Trata-se de sintonizar um sistema que valoriza e fortalece a negociação coletiva em múltiplos âmbitos de negociação, realizada por entidades sindicais de ampla base de representação e alta representatividade, capazes de celebrar convenções e acordos coletivos que irão efetivamente reger as relações de trabalho. Não se pode perder tempo. É urgente atuar. Não se pode ter medo. É urgente enfrentar. Não se pode titubear. É urgente reunir força política e avançar.

A hora é agora!

SOBRE O AUTOR

Clemente Ganz Lúcio, 64 anos, é sociólogo e professor universitário. Foi diretor técnico do Dieese e integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Fonte: <https://www.poder360.com.br/opiniao/duas-prioridades-sindicais-para-o-desenvolvimento/>

AGENDA



PLANTÃO JURÍDICO

Pauta:

Esclarecimento de questões referentes a precatórios

Acesse aqui:

<https://us06web.zoom.us/j/84456827532>

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais